



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade  
Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação  
Subsecretaria da Indústria  
Coordenação-Geral de Implementação e Fiscalização de Regimes Automotivos  
Coordenação da Indústria Automotiva

## ATA DE REUNIÃO

### 15ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS PROJETOS E PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

10 DE FEVEREIRO DE 2021 - 14:00 – 16:00

LOCAL: REUNIÃO VIRTUAL (MICROSOFT TEAMS)

#### PARTICIPANTES

Presidente do Conselho: **Gustavo Leipnitz Ene**

#### Conselheiros:

Ministério da Economia (ME): **Tolio Edeo Ribeiro**

Ministério da Economia (ME): **Jackline Conca (suplente)**

Ministério da Economia (ME): **Margarete Maria Gandini**

Ministério da Economia (ME): **Ricardo Zomer (suplente)**

Ministério da Economia (ME): **Gustavo Victor (suplente)**

Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações: **Marcos Cesar de Oliveira Pinto**

Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações: **Francisco Silveira dos Santos (suplente)**

Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações: **Carlos André Marques**

Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações: **Carlos Tadeu Assumpção de Pinho (suplente)**

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores: **Henry Joseph Júnior (suplente)**

Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores: **Gábor Deák**

Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores: **Mauricio Hiroshi Muramoto (suplente)**

Associação Brasileira de Ciências Mecânicas: **Gherhardt Ribatski**

Associação Brasileira de Engenharia Automotiva: **Paulo Carlos Kaminski (suplente)**

Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital - ABVCAP e Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC: **Elso Alberti Junior**

União Geral dos Trabalhadores - UGT: **Ricardo Patah**

**Outros Participantes:**

Ministério da Economia (ME): **Franco Bernardes**

Ministério da Economia (ME): **Amarildo Baesso**

FINEP: **Mauricio Syrio**

FINEP: **André Carneiro**

FINEP: **Mauricio Marques**

FINEP: **Mariana Vidal**

FINEP: **Ana Cristina Cabral**

FINEP: **Luciana Bittencourt**

FINEP: **Marcelo Camargo**

FINEP: **Alexandre Calabria**

FINEP: **José Medeiros**

FINEP: **Felipe Gelelete**

SENAI: **Juliana Velasques de Melo Oyama**

SENAI: **Maximiliano de Oliveira Alves**

SENAI: **Roberto de Medeiros Junior**

SENAI: **Victoria Maria França Araujo**

SENAI: **Vanessa Venancio Pappetti Canhete**

DIEESE: **Warley Soares**

DIEESE: **Fausto Augusto Júnior**

**PAUTA**

**1 - ABERTURA DA REUNIÃO**

**2 - ORDEM DO DIA**

**2.1. Apresentação do balanço do Programa Prioritário FINEP 2030, pela FINEP.**

**2.2. Apresentação do balanço do Programa Prioritário Alavancagens de alianças para o Setor Automotivo, pelo SENAI.**

## **1 - ABERTURA DA REUNIÃO**

Após certificação do quórum mínimo, a décima quinta reunião do Conselho Gestor dos Programas Prioritários do Programa Rota 2030 foi aberta pelo Presidente do Conselho Gestor, Gustavo Lepnitz Ene.

## **2 - ORDEM DO DIA**

### **2.1 Apresentação do balanço do Programa Prioritário FINEP 2030, pela FINEP**

Inicialmente, o representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor, Ricardo Debiazi Zomer, informou que, nessa parte da reunião, seriam destinados trinta minutos para a apresentação do balanço do Programa Prioritário FINEP 2030 pelos representantes da FINEP, de acordo com roteiro encaminhado pela Secretaria Executiva do Conselho Gestor, e, na sequência, mais trinta minutos para que os conselheiros expusessem suas dúvidas e fizessem seus comentários.

Em seguida, a palavra foi passada pelo Senhor Presidente do Conselho Gestor aos representantes da FINEP. De posse da palavra, a Superintendente Financeira e representante da FINEP na reunião, Mariana Vidal, apresentou a equipe da Instituição presente na Reunião e esclareceu que o Programa Prioritário FINEP 2030 é composto por quatro subprogramas: FINEP Startups; FINEP Empresarial: FINEP FIP e FINEP Rede de ICTs. Na sequência, compartilhando uma apresentação (13643049) fez uma explanação geral sobre o programa, esclarecendo que o Comitê Consultivo, que, na FINEP, tem a denominação de Comitê Técnico de Assessoramento, foi constituído e já se reuniu seis vezes, sendo cinco ordinariamente (reuniões trimestrais) e uma extraordinariamente. Explicou, também, que, no primeiro ano de execução do Programa, a FINEP captou aproximadamente 51,2 milhões de reais, sendo 11,2 milhões acima dos 40 milhões de reais previstos para a captação no primeiro ano de execução do Programa. Esclareceu, ainda, que 2,56 milhões de reais foram reservados a título de taxa de administração do Programa (5%) e que o restante dos recursos foi aplicado, tendo rendido aproximadamente 1 milhão de reais. Afirmou, por fim, que foram lançadas duas rodadas de uma chamada pública do subprograma FINEP Startups, prevendo o aporte de 10 milhões de reais; lançada uma chamada de fluxo contínuo em julho de 2020 do subprograma FINEP Empresarial, com previsão de aporte de 90 milhões de reais; e, uma chamada do subprograma FINEP Rede de ICTs em janeiro de 2021, com previsão de aporte de 12 milhões de reais. Na sequência, passou a palavra para o Superintendente Operacional Maurício Marques, para expor sobre o subprograma FINEP Startups.

O representante da FINEP Maurício Marques explicou, inicialmente, que, considerando as duas rodadas lançadas da chamada pública do subprograma FINEP Startups, em fevereiro e outubro de 2020, respectivamente, apenas 3 dos 24 projetos apresentados foram classificados para participarem da seleção, abrangendo um total de 3 milhões de reais. Afirmou, na sequência, que essas duas rodadas foram lançadas dentro de uma iniciativa maior da FINEP sobre Startups e que, em 2021, a FINEP pretende lançar uma chamada exclusiva para o Programa Rota 2030 e que, para isso, pretendem utilizar a metodologia de fluxo contínuo. Em seguida, a palavra foi passada ao Superintendente Operacional Maurício Syrio, para expor sobre o subprograma FINEP Empresarial.

O representante da FINEP Maurício Syrio explicou inicialmente que o subprograma FINEP Empresarial é uma inovação porque é o único subprograma da FINEP que oferece recursos não reembolsáveis para empresas e na modalidade fluxo contínuo. Esclareceu que, para isso, foi necessário aprovar no Conselho Gestor uma alteração no Acordo de Cooperação Técnica, o que consumiu uma parte do primeiro ano de execução do subprograma. Afirmou, na sequência, que o valor mínimo a ser solicitado pelas empresas no âmbito do subprograma é de 200 mil reais e o valor máximo de 3 milhões de reais, e que, para as empresas com Receita Operacional Bruta acima de 90 milhões de reais, é exigida contrapartida, que pode não ser financeira. Afirmou, em seguida, que, até o momento, foram apresentados 82 projetos, que, juntos, somam cerca de 201 milhões de reais, apresentados por 58 empresas, sendo que 32% são em parceria com ICTs, o que é estimulado pela FINEP. Em seguida, afirmou que os projetos não aprovados podem ser corrigidos pelos demandantes e reapresentados em outro momento e que o modelo de governança para a seleção segue o seguinte fluxo: operacional; financeiro; aprovação pelo comitê de superintendentes; análise do jurídico; e aprovação pela diretoria. Do total de projetos apresentados, 48 já passaram por todo o ciclo, sendo que 2 foram aprovados, correspondendo a 5,4 milhões de reais, e 46 indeferidos. Esclareceu, ainda, que os projetos apresentados possuem uma distribuição equilibrada por regiões, temas ou linhas e porte de empresas, considerando as especificidades do setor. Por fim, apresentou alguns exemplos de projeto, sendo que nenhum deles está em execução, mas com perspectiva de iniciarem em breve. Concluída a apresentação do

subprograma FINEP Empresarial, a palavra foi concedida ao Superintendente Operacional Marcelo Camargo, para a apresentação do subprograma FINEP Rede de ICTs.

O representante da FINEP Marcelo Camargo explicou que a primeira iniciativa no âmbito do subprograma Rede de ICTs foi fazer uma escuta com ICTs e empresas do setor para levantar quais são as linhas mais críticas e que esse processo demorou um pouco mais do que se esperava, atrasando um pouco sua execução. Explicou que, depois disso, no âmbito da FINEP foram priorizadas ações voltadas para o combate à COVID-19, o que contribuiu para um atraso ainda maior. Com isso, o edital foi lançado somente em 4 de janeiro de 2021 e que está aberto no momento e contará com três ciclos, sendo o primeiro de janeiro a março, o segundo de abril a junho e o terceiro, de julho a setembro de 2021. Explicou, ainda, que, para essa chamada, estão previstos 12 milhões de reais, sendo 4 milhões de reais para cada ciclo, podendo acumular para o seguinte caso não seja utilizado na integralidade. Afirmou, também, que a previsão é de selecionar de 6 a 8 redes em 2021 e que a FINEP estimula que os projetos sejam desenvolvidos por meio de parcerias entre ICTs e empresas.

Em seguida, a representante da FINEP Mariana Vidal explicou que a FINEP não solicitou ainda a utilização dos recursos captados acima do previsto para o primeiro ano de execução do Programa, mas que pretende ainda fazer essa solicitação, requerendo que a Resolução nº 3 do Conselho Gestor seja aplicada apenas a partir do segundo ano. Sobre a auditoria independente, a representante da FINEP esclareceu que, por ser uma empresa pública, a FINEP precisa licitar e que está na fase de elaboração do termo de referência, para o que precisa que o Conselho Gestor detalhe um pouco mais o que consta na Resolução nº 3. Em seguida, a palavra foi passada para o Superintendente Operacional Maurício Marques para expor sobre a situação do subprograma FINEP FIP.

O representante da FINEP esclareceu, inicialmente, que a FINEP pretende apresentar uma nova proposta de atuação, uma vez que, da forma como foi previsto, levaria muito tempo que fossem feitos os investimentos. Explicou que pretendem incluir o FINEP FIP dentro de um programa já em andamento na FINEP que é o FIP Nova Empresa, com vistas a agilizar a execução, uma vez que poderiam delegar a gestores já selecionados. Foi então alertado pelo representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor que tal mudança precisa ser requerida formalmente, aprovada pelo Conselho Gestor e formalizada a alteração do Acordo de Cooperação Técnica, com o que manifestou concordância.

Na sequência, foi aberta a palavra para que os conselheiros fizessem seus comentários e questionamentos. O primeiro a se manifestar foi o conselheiro Elso Alberti Junior, representante da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC, que colocou a ANPROTEC à disposição da FINEP para contribuir com a apresentação e a divulgação dos subprogramas da Instituição. Na sequência, solicitou que fosse informado quantos projetos oriundos de parques tecnológicos ou de incubadoras de empresas foram apresentados e se algum chegou a ser aprovado. Os representantes da FINEP afirmaram a respeito que a FINEP tem interesse na parceria com a ANPROTEC para a apresentação de seus subprogramas e providenciará os convites oportunamente. Esclareceram, ainda, que informarão oportunamente sobre os projetos apresentados por parques tecnológicos e incubadoras de empresas, uma vez que não tinham a informação no momento.

O conselheiro Gabor Deák, representante do SINDPEÇAS, fez, então, duas perguntas: 1. As taxas de administração são cobradas no momento do aporte e não no momento da aplicação dos recursos? 2. Já há alguma atividade em execução de fato? Em relação à primeira questão, os representantes da FINEP afirmaram que a cobrança da taxa de administração é mesmo no momento do aporte. Sobre a segunda, esclareceram que, de fato, os projetos estão ainda em fase de seleção e/ou contratação e devem ser iniciados em breve. Explicaram que o processo de seleção e contratação é complexo e que o primeiro ano é de maturação do Programa e aprendizado.

A seguir, a conselheira Margarete Gandini, do Ministério da Economia, perguntou a que se atribui o pequeno número de projetos selecionados na primeira chamada do subprograma FINEP Startups. O conselheiro Paulo Kaminski, da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva, reforçou a preocupação dos conselheiros que o precederam e perguntou se as liberações de recurso às empresas com projetos aprovados estão previstas para uma parcela única. O representante da FINEP Maurício Syrio explicou, então, que a liberação segue cronograma apresentado e aprovado no âmbito do projeto e que a maioria prevê pelo menos duas etapas de liberação. Em seguida, a conselheira Margarete Gandini pediu para que os representantes da FINEP

expressassem como avaliam o modelo adotado pelo Programa Rota 2030 de permitir a captação dos recursos sem passar pelo orçamento público, não estando sujeito a contingenciamento, por exemplo. O representante da FINEP Maurício Syrio afirmou que é muito importante porque dá segurança do fluxo de recursos para o desenvolvimento dos projetos. Explicou que, no caso do subprograma FINEP empresarial, foi fundamental para permitir a metodologia de seleção por fluxo contínuo.

O representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor questionou, então, como a FINEP está administrando essa demanda muito superior ao fluxo de captação de recursos, no FINEP Empresarial, e também o que está sendo feito para aumentar a atratividade do programa e aumentar a captação. Os representantes da FINEP explicaram que a captação vem se reduzindo, de fato, nos últimos meses, mas que estão sendo feitos esforços para melhorar isso, com reflexos já na captação do mês de janeiro de 2021, que foi um pouco maior. Afirmaram, ainda, que acreditam que o lançamento dos projetos e a execução propriamente dita vão chamar mais atenção para o programa e que têm feito reuniões com grandes empresas do setor. Explicaram que a empresa General Motors, por exemplo, passou a aportar no programa após uma dessas reuniões. Esclareceram, por fim, que a aprovação dos projetos respeita o montante de recursos já captados e que não são aprovados projetos sem que os recursos já estejam em caixa, respeitando os limites previstos no Acordo de Cooperação Técnica.

O representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor questionou, ainda, quais são os mecanismos de transparência utilizados na execução do programa. A representante de FINEP Mariana Vidal explicou que existe um site específico do programa, cujo domínio é [www.finep.gov.br/finep230](http://www.finep.gov.br/finep230), no qual são postadas todas as informações sobre o programa, incluindo editais, e têm também uma caixa postal específica do programa, cujo endereço é [cp\\_finep2030@finep.gov.br](mailto:cp_finep2030@finep.gov.br), que é o ponto de contato com empresas e ICTs.

Foi então passada a palavra para que os representantes da FINEP fizessem as considerações finais, o que foi feito pelo superintendente Maurício Syrio, que afirmou que a FINEP tem especificidades em relação a outras coordenadoras, o que implica no ritmo do andamento do programa. Explicou, ainda, que entende a cobrança por resultados, mas que, no próximo período, a Finep terá muitos resultados para apresentar.

Foi então solicitado que os representantes da FINEP deixassem a reunião.

## **2.2 Apresentação do balanço do Programa Prioritário Alavancagens de Alianças para o Setor Automotivo, pelo SENAI.**

Após as explicações do representante da Secretaria Executiva sobre a dinâmica da apresentação, a palavra foi franqueada ao representante do SENAI Roberto de Medeiros Júnior, que explicou que, antes da apresentação propriamente dita, seria exibido um vídeo sobre o programa.

Após a exibição do vídeo, o representante do SENAI explicou que o Programa Alavancagens de Alianças para o Setor Automotivo utiliza várias ferramentas da Instituição, que funcionam de forma sinérgica, o que tem implicado na geração de bons resultados. Com base em uma apresentação (13681938), o representante do SENAI informou sobre a formação do Comitê Consultivo do Programa Prioritário e esclareceu que, no momento, aguardam a indicação de representantes do MCTI e da ANFAVEA, uma vez que os antigos representantes deixaram o Comitê. A respeito do Comitê, esclareceu, ainda, que, até o momento, foram realizadas 4 reuniões e que os resultados têm sido muito úteis para o aprimoramento do Programa, como a aprovação do rol de indicadores do Programa, o detalhamento da execução de algumas linhas e a avaliação do andamento do Programa.

Na sequência, o representante do SENAI explicou que foram necessários alguns ajustes no Programa devido às mudanças abruptas na conjuntura, os quais foram configurados no plano para mitigar efeitos da pandemia da COVID-19 no Programa, apresentado e aprovado pelo Conselho Gestor ainda em 2020.

Sobre a captação, o representante do SENAI explicou que, entre setembro de 2019 e outubro de 2020, o SENAI captou aproximadamente 97,5 milhões de reais, que geraram aproximadamente 1,6 milhão de reais de rendimentos por meio de aplicação. Esclareceu, em seguida, que, se considerado o período até janeiro de 2021, o total captado salta para aproximadamente 119,6 milhões de reais, o que demonstra um aumento no volume mensal de arrecadação nos últimos meses.

Do total captado até outubro de 2020, o representante do SENAI explicou que tudo foi comprometido com projetos selecionados já em execução ou em processo de seleção em andamento. Como esse total ultrapassou em aproximadamente 49 milhões de reais o previsto no Acordo de Cooperação Técnica para o primeiro ano de execução do Programa, foi solicitada ao Conselho Gestor, que aprovou, a utilização dos recursos excedentes.

O representante do SENAI esclareceu que, no primeiro ciclo, que considerou apenas os 40 milhões de reais previstos no Acordo de Cooperação Técnica, todo o recurso já foi aplicado, acrescido de 2,4 milhões de contrapartida do SENAI Nacional e 18 milhões de reais de alavancagem com empresas do setor, o que somou 60,4 milhões de reais, distribuídos da seguinte forma: 2 milhões de reais em taxa de administração; 2 milhões de reais em projetos de MBI; 12 milhões de reais em projetos de Avaliação de Maturidade da Produtividade e Digitalização; e 44,4 milhões de reais em Empreendedorismo Industrial. No segundo ciclo, que se relacionou ao excedente de 49,4 milhões de reais, acrescido de contrapartida de 2,96 milhões de reais do SENAI Nacional e de 22,2 milhões de reais de alavancagem de empresas do setor, somando 74,6 milhões de reais, foram aplicados 2,47 milhões em taxa de administração, 18 milhões de reais em projetos de Avaliação de Maturidade da Produtividade e Digitalização e aproximadamente 34 milhões de reais em Empreendedorismo Industrial. Explicou, por fim, que os projetos contratados possuem diferentes prazos de execução de acordo com cada linha do Programa e que a seleção de projetos na linha de Empreendedorismo Industrial desse segundo ciclo está ainda na fase de prospecção, que deverá ser encerrada nos próximos dois meses.

Em relação ao primeiro ciclo, quanto à distribuição dos projetos, o representante do SENAI demonstrou que, em todas as linhas do Programa, estão distribuídos de forma equilibrada por porte de empresas, temáticas e regiões de país. Esclareceu, ainda, que, no caso dos projetos de consultoria, de até 600 horas, nas linhas de Avaliação de Maturidade da Produtividade e Digitalização, estão previstas metas de aumento de produtividade de 20% e 10% respectivamente, e que, caso essas metas não sejam alcançadas, os recursos voltam ao Programa para nova seleção. Explicou, também, que, nessas linhas, foram aprovados 111 projetos, que se iniciaram em julho de 2020 e têm prazos de execução entre 6 e 12 meses. Enfatizou que a parceria com o SINDIPEÇAS foi fundamental para a participação ampla e diversificada das empresas. Na linha de Empreendedorismo Industrial, foram aprovados 5 projetos, que variam entre 2 e 8 milhões de reais. Além disso, explicou que foi selecionada uma chamada temática para startups, para projetos variando de 400 a 600 mil reais.

Em relação ao segundo ciclo, que envolve os recursos de captação excedente, explicou o representante do SENAI que houve uma chamada em setembro de 2020 para a linha Avaliação de Maturidade da Produtividade e Digitalização, havendo um grande interesse, tendo até o momento 160 propostas aprovadas e em execução desde dezembro de 2020. No caso da linha Empreendedorismo e Inovação, a chamada ainda está aberta, sendo que já foram apresentadas algumas propostas, sendo 10 aprovadas até o momento. O representante do SENAI explicou, na sequência, que, também nesse segundo ciclo, houve uma distribuição equilibrada das propostas tanto territorialmente, quanto por porte, das empresas e linhas temáticas. Enfatizou, por fim, que, embora não seja comum no Brasil, muitas propostas envolvem alianças entre ICTs e empresas, o que é muito interessante em termos de integração e alcance de resultados.

Concluída a apresentação, a palavra foi direcionada aos conselheiros para comentários e questionamentos. A primeira a se manifestar foi a conselheira Margarete Gandini, do Ministério da Economia, para informar que o representante do SENAI Roberto de Medeiros Júnior participou de parceria com o Ministério da Economia na iniciativa de reparo de ventiladores pulmonares para atender pacientes vítimas da COVID 19, registrando os agradecimentos em nome do Ministério, o que foi reforçado pelo representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor.

Em seguida, o Conselheiro Paulo Kaminski, da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva, questionou se, no caso da linha MBI, os cerca de 40 profissionais participantes da formação foram organizados em apenas uma ou em mais de uma turma, bem como sobre como foram empregados os 2 milhões de reais. O representante do SENAI esclareceu, então que, no caso do MBI, ele é construído em torno de uma grande turma e diversas oficinas funcionando paralelamente, ou seja, é uma turma e diversas oficinas, o que soma até o momento mais de 500 matrículas realizadas nas vertentes lean, digitalização e indústria 4.0. Explicou que, além dessas iniciativas, a ideia é criar 3 grandes confrarias nessas mesmas vertentes com a finalidade de troca de informações, e que os 2 milhões de reais empregados envolvem todas essas iniciativas.

Na sequência, a palavra foi repassada ao Conselheiro Elso Alberti Júnior, da ANPROTEC, que questionou sobre um balanço do programa prioritário do SENAI encaminhado recentemente aos conselheiros. Mais especificamente, questionou o conselheiro como ficarão os vários projetos que têm envolvimento da empresa FORD, que resolveu fechar fábricas no Brasil, em especial na Bahia. Observou que cerca de 60 milhões de reais estão comprometidos com projetos com envolvimento da Ford e que gostaria de saber como ficarão ex-funcionários da empresa envolvidos nos projetos. O representante do SENAI explicou, a respeito, que o SENAI tem preocupação social, para além do Programa Rota 2030, e que a saída da Ford tem impactos tanto em relação ao desenvolvimento tecnológico quanto ao impacto social, que deverá envolver em torno de 50 mil pessoas. Esclareceu que, por esses motivos, o SENAI estabeleceu conversa com a Ford por meio do CIMATEC, que foi criado em função da instalação da Ford para a Bahia. Especificamente sobre os projetos de inovação, no momento, o SENAI aguarda um posicionamento oficial da Ford para decidir como conduzirá os projetos, que envolvem alianças com outras empresas e ICTs e que ainda não tiveram recursos liberados. Pode ocorrer de os projetos serem cancelados e os recursos utilizados em novas chamadas. Em relação às capacitações, o que já tiver sido feito e os funcionários não forem continuar, o SENAI fará o mesmo número de oficinas e bancará esse número a mais. Além disso, para além do Programa Rota 2030, o SENAI está avaliando o perfil das pessoas e estudando alternativas e possibilidades para reaproveitamento, podendo absorver algumas dessas pessoas em outros projetos do próprio SENAI. O conselheiro solicitou, então, que o SENAI mantenha o Conselho Gestor informado sobre esse processo, o que contou com a concordância do representante da Instituição.

Na sequência, o conselheiro Maurício Muramoto, do SINDIPEÇAS, registrou os agradecimentos pela parceria com o SENAI no âmbito do Programa Prioritário, o que foi reforçado pelo conselheiro Gabor Deák. O representante do SENAI enfatizou que essa parceria tem sido fundamental para o aprimoramento do Programa.

Dando sequência, o representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor solicitou informações a respeito das ferramentas de transparência e divulgação do Programa. O representante do SENAI esclareceu que existem dois canais com essa finalidade, sendo o primeiro um site específico do Programa e o segundo a plataforma de inovação, cujo domínio é [www.plataformainovacao.com.br](http://www.plataformainovacao.com.br). Explicou, ainda, que a assessoria de imprensa do SENAI também faz esforços para colocar os temas do Programa Rota 2030 na mídia, estratégia que pretendem aprofundar detalhando o andamento de cada projeto. Por fim, explicou que são utilizadas para esse fim também as redes sociais, por meio das quais foram realizados *webinars* de divulgação e que a ideia é fazer um plano detalhado para tratar da comunicação do Programa, buscando envolver as parcerias.

O representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor perguntou, então, como funciona a taxa de administração. O representante do SENAI esclareceu que a taxa de administração, de 5%, é retirada na captação, mesma lógica utilizada em relação ao excedente aprovado, e utilizam para pagar as despesas de coordenação. Enfatizou, ainda, que não há taxa de administração no âmbito dos projetos.

O conselheiro Tólio Ribeiro, do Ministério da Economia, questionou a Secretaria Executiva do Conselho Gestor sobre o andamento das auditorias independentes, que devem entregar os primeiros relatórios em breve. O representante da Secretaria Executiva explicou que, na Resolução nº 3 do Conselho Gestor, há a previsão de que as Instituições Coordenadoras dos Programas Prioritários podem contratar instituições independentes de auditoria credenciadas para o Programa Rota 2030, desde que elas declarem possuir profissional com competência para a análise de projetos de inovação, o que não impede o credenciamento de outras. Questionado sobre o prazo para entrega dos primeiros relatórios, explicou que a previsão é o fim de maio de 2021, mas que deverá ser necessário dilatar esse prazo porque as Instituições Coordenadoras manifestaram a necessidade de maior detalhamento sobre o escopo das auditorias por parte do Conselho Gestor. Afirmou, ainda, que houve uma reunião com as Instituições Coordenadoras nessa semana, que deverão apresentar suas necessidades até o fim da semana. Na sequência, será preparada uma proposta, que será discutida com as Instituições Coordenadoras no dia 22 de fevereiro e deverá ser discutida nas próximas reuniões do Conselho. O conselheiro perguntou, então, se o custeio da auditoria é incluído na taxa de administração, o que foi confirmado pelo representante do SENAI, que afirmou já estarem em conversação com as empresas de auditoria credenciadas pelo Ministério da Economia.

Por fim, o conselheiro Gabor Deák, do SINDIPEÇAS, observou que, embora apenas duas apresentações tenham sido realizadas, é possível notar uma grande diferença em termos de desempenho e sugeriu que fosse

analisada a possibilidade de se promover um evento com todas as Instituições Coordenadoras para troca de experiências. Colocou, ainda, o SINDIPEÇAS à disposição para organizar o evento. O representante da Secretaria Executiva do Conselho observou que o formato de apresentações individuais foi do próprio Conselho, mas que é perfeitamente possível fazer o evento com todas as Instituições Coordenadoras.

Foi então solicitado que os representantes do SENAI deixassem a reunião após as considerações finais.

Em seguida, o Presidente Substituto do Conselho Gestor encerrou a reunião.

## ENCAMINHAMENTOS

Não houve encaminhamentos.

## PRÓXIMA REUNIÃO

Agendada para o dia 24 de fevereiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **HENRY JOSEPH JUNIOR, Usuário Externo**, em 29/03/2021, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Hiroshi Muramoto, Usuário Externo**, em 06/04/2021, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gherhardt Ribatski, Usuário Externo**, em 15/04/2021, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabor Janos Deak, Usuário Externo**, em 22/04/2021, às 19:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elsó Alberti Junior, Usuário Externo**, em 18/06/2021, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Duarte Viter, Coordenador(a)**, em 12/08/2021, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Debiasi Zomer, Coordenador(a)**, em 12/08/2021, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **13637927** e o código CRC **19C72673**.